

PORTUGAL, A ALIANÇA ATLÂNTICA E O PÓS-GUERRA FRIA

por
Luís Andrade*

O mundo em que nós vivemos hoje em dia, consequência directa do fim da guerra fria, caracteriza-se, em nosso entender, por uma grande imprevisibilidade que se verifica a vários níveis. Parece ser aceitável dizer-se que as relações internacionais desde o fim da Segunda Guerra Mundial até à queda do muro de Berlim, em 1989, foram caracterizadas mais pela sua estabilidade do que pela sua instabilidade, na medida em que, muito embora a possibilidade de ocorrer um conflito entre as duas superpotências fosse real, o facto é que quase tudo estava perfeitamente definido.

Neste momento, a incerteza, a instabilidade e a insegurança parecem ser as características mais relevantes dos nossos dias, como se pode facilmente verificar através de vários exemplos, nomeadamente aquele que se regista no Kosovo e que constitui uma prova inequívoca das consequências que os ódios de natureza étnica e religiosa podem vir a ter num determinado estado ou região. De igual modo, nas margens sul e oriental do Mediterrâneo, a situação é, no mínimo, preocupante, na medida em que continuamos a assistir a uma tendência clara no que diz respeito ao aumento progressivo do fundamentalismo islâmico, como o comprova os casos da Argélia e até mesmo do Egipto, para já não mencionar o próprio Médio Oriente¹. Por outro lado, os nacionalismos, que parecem ganhar maior

* Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores.

¹ Abel Cabral Couto, “ Portugal no Actual Contexto Estratégico “ in *Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*, n.º 18, Lisboa, 1991, p. 113.

ímpeto e vigor, estão na base dos acontecimentos dramáticos que tiveram lugar no Cáucaso, assim como noutras regiões um pouco por todo o mundo.

Tudo isto leva-nos inevitavelmente a ter em maior atenção as questões que se prendem com a defesa e a segurança do mundo ocidental e da Europa em particular. Neste contexto, não podemos deixar de referir o papel que a Aliança Atlântica desempenhou ao longo da Guerra Fria e que, independentemente de nunca ter sido chamada a intervir directamente, veio a ter, de facto, um sucesso inquestionável.

No âmbito da dialéctica que existiu entre a NATO, por um lado, e o Pacto de Varsóvia, por outro, podemos afirmar que a primeira venceu, tendo contribuído, sem dúvida, para pôr termo à divisão artificial da Europa que durou cerca de 45 anos. Dada a actual conjuntura internacional, nomeadamente no que se refere ao velho continente, somos da opinião de que a relação transatlântica deve manter-se, independentemente da União da Europa Ocidental poder ou não vir a ter um papel mais significativo no que concerne à segurança europeia².

A Aliança Atlântica, por outro lado, vê-se agora, de igual modo, confrontada com a necessidade crescente de proceder à sua própria reestruturação³ para poder fazer face aos inúmeros desafios que está e continuará a

² Veja-se, de igual modo, o trabalho de Abel Cabral Couto, “ A Integração Europeia e a Defesa Nacional “ in *Análise Social*, vol. XXVII (118-119), 4 ° e 5 °, Lisboa,1992, pp. 887-888. Neste trabalho, o General Cabral Couto refere o seguinte, que se reveste de grande importância para o nosso estudo : “ ... Portugal tem considerado que a OTAN continua a ser a estrutura fundamental da segurança e defesa europeia, sendo para o efeito indispensável a manutenção não só de uma estreita colaboração entre europeus e norte-americanos, mas também da presença de forças militares americanas significativas na Europa, incluindo sistemas nucleares “ e ainda o seguinte: “ Independentemente de outras razões, é o quadro transatlântico que coloca Portugal em posição charneira e de arco de ponte (contrariando o risco de uma situação periférica, marginal, que se verificaria numa perspectiva estritamente europeia) e, por outro lado, integra todo o território nacional num mesmo contexto estratégico, reforçando a coesão nacional e atenuando o desenvolvimento de forças centrífugas entre o continente e as regiões autónomas, particularmente a dos Açores “. Vejam-se ainda sobre esta matéria os artigos de José Manuel Durão Barroso, “ The Transatlantic Partnership in the new European Context “ in *NATO Review*, nº 5, Setembro de 1995, pp. 3-7 e de José Cutileiro “ WEU’s operational development and its relationship to NATO “ in *NATO Review*, nº 5, Setembro de 1995, pp. 8-11.

³ S. Nelson Drew, Keith W. Dayton, William J. Ervin e outros, *The Future of NATO - Facing an Unreliable Enemy in an Uncertain Environment*, Praeger Publishers, New York, 1991, pp. 4-5. Ver, de igual modo, *Foreign and Security Policy in the European Union*, de Kjell A. Eliassen (Edit.), Sage Publications, Londres, 1998. A Cimeira dos 19 países membros da Aliança Atlântica, em Washington, em Abril de 1999, veio alterar substancialmente a estratégia da Aliança Atlântica, como resultado directo do conflito do Kosovo.

enfrentar. Concebida para fazer face quase exclusivamente ao expansionismo soviético nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a NATO, finda a guerra fria, deve tentar adaptar a sua estrutura militar a uma situação profundamente modificada. Tem, de igual modo, de ter em conta as tentativas da Europa dos quinze de dotar a União Europeia de uma política de segurança, o que, aliás, não tem sido tarefa fácil. Porém, como é sabido, até este momento, a UEO não desempenhou qualquer acção ou acções concretas que, de facto, são essenciais para a sua credibilização tanto interna como externa. Para alguns, a Aliança Atlântica parece ser ainda demasiado credível para que possam aceitar que a UEO seja, ou pelo menos venha a ser, o chamado braço armado da NATO⁴. A recente crise na Jugoslávia relativamente ao Kosovo, veio, sem qualquer dúvida, obrigar a Aliança Atlântica a repensar a sua *raison d'être* neste final do século e preparar-se para o início de um novo milénio que, tudo indica, se caracterizará por uma grande imprevisibilidade.

O quadro leste-oeste, que caracterizou em larga medida o contexto geopolítico internacional depois de 1945, deixou de existir, vivendo-se agora num mundo unipolar em termos estratégico-militares. Isto é, hoje em dia existe apenas uma superpotência, ou hiperpotência, que são os Estados Unidos da América⁵, se é que estes termos ainda têm, de facto, algum significado. Tal como em 1918-1919 e 1945-1946, o equilíbrio de forças, no presente, sofreu alterações substanciais, sendo o resultado do fim de uma guerra, neste caso da guerra fria.

No que se reporta concretamente ao nosso país, não podemos deixar de referir que, quando aderimos à NATO, em Abril de 1949, Portugal não tinha um regime democrático, facto que não constituiu impedimento para que fizesse parte de uma organização internacional que apenas incluía países de cariz democrático. Nesta perspectiva, não podemos deixar de referir que a Realpolitik desempenhou um papel da maior relevância. O que mais interessava, nomeada-

⁴ Veja-se, por exemplo, o trabalho de Paul David Miller, *Retaining Alliance Relevancy - NATO and the Combined Joint Task Force Concept*, Institute for Foreign Policy Analysis, Cambridge, Mass., 1994, p.28.

⁵ A problemática acerca do papel dos Estados Unidos num mundo em mudança, está bem descrita no livro de Sam C. Sarkesian, *U.S. National Security - Policymakers, Processes and Politics*, Segunda Edição, Lynne Rienner Publishers Inc., Boulder, Colorado, 1995, pp. 16-20. Ver, de igual modo, *Collective Security in a Changing World*, Edited by Thomas G. Weiss, Lynne Rienner Publishers Inc., London, 1993, pp.IX-XI.

mente aos Estados Unidos da América, era poder contar com as bases militares no arquipélago dos Açores⁶. Foi essencialmente a importância geoestratégica deste arquipélago que esteve na base do convite endereçado a Portugal para fazer parte da Aliança Atlântica, como se pode comprovar através da análise de vários documentos diplomáticos norte-americanos dessa altura.

O principal objectivo da maior potência marítima era, sem qualquer dúvida, poder contar com o território português, designadamente com os Açores, para implementar a sua política de segurança. Por seu lado, o governo português tinha aquilo que o Professor Adriano Moreira designou por poder funcional⁷. Ainda relativamente a esta matéria, talvez não seja despidendo referir que, por exemplo, James N. Rosenau defende que, no âmbito do relacionamento bilateral entre uma grande e uma pequena potência, é, na maioria das vezes, a primeira que vê os seus objectivos coroados de êxito. É exactamente aquilo que ele designa pelo modelo de “acquiescent adaptation”⁸. Isto é, durante um conflito, como, por exemplo, a Segunda Guerra Mundial, um estado, geralmente um pequeno estado, tende a modificar a sua conduta externa face às pressões de um grande estado. Foi isto o que parece ter sucedido a Portugal ao longo daquele conflito no que concerne ao seu relacionamento tanto com a Grã-Bretanha como com os Estados Unidos da América.

A nossa aliança com a Grã-Bretanha serviu fundamentalmente os interesses deste país não apenas, como é sabido, durante o último conflito mundial, mas desde há alguns séculos. Todavia, neste caso concreto, e muito embora Oliveira Salazar tenha manifestado sérias reservas no que diz respeito à concessão de facilidades militares aos britânicos nos Açores, viu-se quase obrigado a fazê-lo. Mais uma vez, parece ser lícito dizer-se que a perspectiva neo-realista, ou, se quisermos, a matriz maquiavélica das relações internacionais é a que mais tem prevalecido na análise dessas relações, designadamente quando um pequeno estado tem de se confrontar com uma grande potência.

⁶ Luis Andrade, *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*, Impracor, S.A., Ponta Delgada, 1992, pp. 230-231.

⁷ O conceito do poder funcional foi desenvolvido pelo Professor Adriano Moreira em várias das suas obras. Veja-se, por exemplo, o prefácio da obra do autor, *Neutralidade Colaborante*, Coingra, Ponta Delgada, 1993, pp.14-15.

⁸ James M. Rosenau, *The Study of Political Adaptation*, Frances Pinter Publishers Ltd., London, 1991, pp. 29-37 e 63-65.

Com os Estados Unidos da América a situação foi, em muito, semelhante. Muito embora Portugal não tivesse com aquele país qualquer acordo bilateral e de Salazar não simpatizar sequer com os Americanos e desconfiar profundamente da sua política expansionista, não deixou, em Novembro de 1944, de lhes conceder facilidades de natureza militar na ilha de Santa Maria, mas com o objectivo específico de nos ajudar a expulsar os japoneses de Timor⁹. Mais uma vez, fica claro que o Governo Português cedeu face às pressões norte-americanas. Toda esta problemática acerca da posição portuguesa ao longo do último conflito mundial foi, como é sabido, designada por neutralidade colaborante, caso único, salvo o erro, no âmbito da diplomacia internacional¹⁰.

O que parece ser evidente é que, durante um conflito armado, quando um pequeno país dotado de importância estratégica fica situado na linha de interesses de grandes potências, estas, em geral, não têm em conta os interesses, mesmo que velhos e bem fundamentados das pequenas potências, como referiu várias vezes o Embaixador Armindo Monteiro a Oliveira Salazar durante os anos difíceis da Segunda Guerra Mundial¹¹.

Por outro lado, o que a História nos tem ensinado é que, por várias razões, a maioria dos líderes dos pequenos estados têm a percepção (correcta ou incorrecta) de que não têm a capacidade para alterarem ou fazerem decrescer as exigências dos países mais poderosos.

Ao longo da guerra fria, o papel de Portugal foi sobretudo aquele de uma pequena potência. É aquilo que o Professor Adriano Moreira tem designado por estado exíguo, sendo essencialmente os seus arquipélagos no Atlântico que lhe concedem importância estratégica e algum poder de negociação internacional. O chamado triângulo estratégico português, através do qual passa cerca de 65% do petróleo que é necessário à Europa e 50% das matérias primas provenientes da América do Norte e do Sul, África e Médio Oriente, constitui, sem dúvida, um dos pontos de passagem mais importantes no plano mundial, facto que concede ao nosso país indiscutível relevância estratégica.

⁹ Sobre Timor, vejam-se os trabalhos de Adriano Moreira, *O Drama de Timor*, Editorial Intervenção, Braga, 1977, p. 19 e de Mário Lemos Pires, *Descolonização de Timor- Missão Impossível*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1991, p. 21.

¹⁰ Luis Andrade, *Neutralidade Colaborante*, COINGRA, S.A., Ponta Delgada, 1993, pp. 179-221.

¹¹ *Dez Anos de Política Externa*, volume 8º, Documento nº 1953, pp. 575-576.

Nesta perspectiva, urge referir, de igual modo, o apoio logístico que é concedido pelo arquipélago dos Açores ao envio de forças norte-americanas tanto para a Europa como para o norte de África e o Médio Oriente, em caso de conflito em alguma dessas áreas.

É exactamente por isso que o único poder que parece estar ainda nas nossas mãos, em relação com o sistema de competição mundial, é o poder funcional, como refere o Professor Adriano Moreira, e que tem expressão principal “ na posição geográfica das Regiões Autónomas e que interessando ao sistema geral actual da defesa ocidental, é atlântico pela geografia, pelos interesses económicos dos territórios, pela longa mão das migrações tradicionais. A admissão feita pela NATO, depois de tantos anos em que a evidência não conseguiu ser vista, de que existem questões *fora da zona* do Tratado que envolvem o interesse de todos os aliados, revaloriza esse poder funcional e revigora a vocação atlântica “. Neste contexto, acrescenta ainda o Professor Adriano Moreira o seguinte: “... o critério mínimo da soberania e a simples personalidade internacional, e o Poder em que a soberania se traduz, deixou de ser correspondente aos tradicionais índices de força, para se traduzir num poder funcional”¹².

Compete, pois, ao Estado, através da diplomacia, desenvolver os esforços necessários para atingir os fins julgados mais adequados à sua sobrevivência como nação independente. É exactamente neste sentido, como refere o Professor Políbio Valente de Almeida, que “ no plano externo é a diplomacia que vai valorizar ou desvalorizar tudo o que se consegue no plano interno. Quem tem pouca força carece de hábeis negociadores. O poder virtual do estado - aquele de que nos apercebemos - também depende de símbolos, de argumentos verbais, de formas de persuasão, isto é, da sua capacidade negocial. As três principais alternativas que se põem à política externa do estado são a renúncia, a diplomacia e o conflito. Ao pequeno estado não interessa a primeira nem a última, de forma que deve potencializar a que lhe resta: a diplomacia”¹³.

¹² O Professor Adriano Moreira desenvolveu estes conceitos em várias das suas obras, como, por exemplo : *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1979, “ A Comunidade Internacional em Mudança “ in *Estudos Políticos e Sociais*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, volume IX, Nº 1-4, 1981.

¹³ Políbio Valente de Almeida, *Do Poder do Pequeno Estado - Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, Instituto de Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1990, p. 207.

No que concerne especificamente às alianças, é importante referir que muitas vezes estas expressam, como escreveu o Professor Polibio Valente de Almeida, “os aspectos superiores da interdependência. O papel das alianças é muito importante para o pequeno estado. No passado foi essencial para a sua sobrevivência; no presente a harmonização de interesses e de boas relações com uma grande potência são um factor importante de equilíbrio tanto a nível regional como do sistema global “. Contudo, refere ainda que, “harmonização não deve significar nunca, subserviência”¹⁴.

Por outro lado, o pequeno estado procura, nomeadamente durante um conflito armado, todas as vias possíveis para afirmar o seu direito à dignidade e à independência. Os estados pequenos ou fracos concederam um valor especial às alianças, à diplomacia, à moral internacional, ao ecumenismo dos valores superiores, à busca de uma liderança interna de qualidade, ao apelo aos valores nacionais, tendo tudo isto como objectivo minimizar as suas debilidades e vulnerabilidades. Para além disso optaram, na maioria das vezes, pelo compromisso possível em vez da força que não tinham e, muitas vezes, potencializaram as diferenças com medo de serem diluídos nas semelhanças.

Como é evidente, hoje em dia, a reacção clássica do pequeno estado sofreu alterações na medida em que existem muitos factores que tornam diferente o sistema, como, por exemplo, a estratégia cósmica, as novas tecnologias, o poderio da arma nuclear, etc. Todavia, o pequeno estado pode encontrar períodos de grande força e poder ou através do domínio de uma técnica ou pela posse de algum recurso muito valioso ou ainda pela sua posição geográfica numa determinada conjuntura.

No caso português, devido sobretudo à sua situação geográfica, especialmente à importância geoestratégica do arquipélago dos Açores, e independentemente de se estar cada vez mais a assistir à transição de um mundo que foi essencialmente bipolar para um contexto internacional que parece assumir características unipolares em termos politico-estratégicos, essa importância não diminuiu. O que se passou e o que se passa, de facto, foi uma alteração dessa mesma importância. Ou seja, a sua utilização sofreu alterações, o que não significa que tenha necessariamente diminuído. A já previamente referida imprevisibilidade das relações internacionais parece reiterar o que escrevemos anteriormente. A guerra do Golfo Pérsico, a questão da Somália e, recentemente, a

¹⁴ *Ibid.*, p. 352.

guerra na Jugoslávia vieram, novamente, colocar em evidência esta questão. O que voltou a acontecer foi a necessidade por parte dos Estados Unidos da América de utilizarem o apoio logístico da base das Lajes nos Açores a fim de poderem defender os seus interesses e os do mundo ocidental.

O que nos parece ser claro é que, no mundo em que estamos a viver do chamado pós-guerra fria, e independentemente de a União da Europa Ocidental poder vir a constituir aquilo que alguns têm designado como o braço armado da Aliança Atlântica, o relacionamento transatlântico parece continuar a ser vital no que concerne à defesa europeia.

Porém, ao analisarmos este problema, não nos podemos esquecer que, nos Estados Unidos, discute-se, de novo, a eterna questão entre, por um lado, a perspectiva realista das relações internacionais e, por outro, a chamada cruzada moral¹⁵. No período do pós-guerra fria, a operação Tempestade no Deserto constituiu um exemplo claro de convergência entre, por um lado, os princípios e, por outro, os interesses.

Pensamos, ainda, que, a fim de entendermos melhor esta questão, é importante referir que o ex-Secretário de Estado Adjunto para os assuntos Europeus e Canadianos dos E.U.A, Richard Holbrooke, referiu que os Estados Unidos da América tornaram-se numa potência europeia, na medida em que, no século XXI, a Europa continuará a necessitar do envolvimento activo dos norte-americanos, o qual constituiu um elemento necessário para o equilíbrio continental durante cerca de 50 anos¹⁶. Por outro lado, uma Europa instável, escreve ele, continuará a pôr em risco os interesses essenciais de segurança nacional dos Estados Unidos. E isto é tão verdade depois como durante a Guerra Fria. Não podemos esquecer que os conflitos locais, a instabilidade interna de natureza política e económica, e o retorno de questões históricas antigas, substituíram o expansionismo soviético, tornando-se na maior ameaça para a paz no velho continente. É neste cenário que a Europa Ocidental e a nação norte-americana devem, conjuntamente, tentar garantir a estabilidade e a democratização de todo o continente europeu.

¹⁵ Vejam-se os artigos de Richard Holbrooke, “America, a European Power” in *Foreign Affairs*, Março-Abril de 1995, pp. 38-51 e de Raymond Seitz “America’s Foreign Policy” in *The Economist* de 27 de Maio de 1995, pp.21-23.

¹⁶ Veja-se o livro de Hall Gardner, *Surviving the Millennium- American Global Strategy, the Collapse of the Soviet Empire, and the Question of Peace*, Praeger Publishers, Westport, Connecticut, 1994.

A tragédia da Bósnia e o problema do Kosovo contribuíram para aumentar a responsabilidade e ao mesmo tempo a necessidade de se tentar construir, a todo o custo, uma estrutura de relacionamento por forma a se criar uma nova arquitectura de segurança para a Europa, que terá inevitavelmente de ter em conta o problema que diz respeito à Parceria para a Paz que se reveste de uma grande importância não apenas para os membros da Aliança Atlântica, mas também para os países da Europa Central e do Leste. A NATO, para além de tentar garantir a estabilidade e a segurança de toda a Europa, tem de saber qual a melhor forma de conduzir as suas relações com a Rússia¹⁷. Desde o fim da guerra fria que a Aliança Atlântica se tem vindo a debater com um dilema : por um lado, deseja incluir as novas democracias da Europa Central e do Leste na sua estrutura e, por outro, tenta não alienar as suas relações com a Rússia¹⁸, o que não tem sido tarefa fácil até este momento e que, mesmo num futuro mais ou menos próximo, não o será menos.

Todos os participantes de maior relevo nessa nova equação de segurança europeia - os Estados Unidos, os estados da Europa ocidental e central assim como as outras nações que constituíram a ex-União Soviética - desejam uma Rússia pacífica, democrática e estável, integrada nas instituições de uma Europa não-dividida¹⁹. Neste sentido, o principal pilar dessa nova arquitectura de segurança europeia é exactamente a Aliança Atlântica. Para alguns, a NATO, já com 50 anos, poderá parecer irrelevante, ou quase, tendo em conta os desafios que a nova Europa terá de enfrentar. Para outros, o extraordinário sucesso da Aliança Atlântica poderá querer sugerir que nada terá de ser alterado. Ambas estas perspectivas não são, em nosso entender, as mais adequadas. Não há dúvida de que terá de ser encontrada, o mais rapidamente possível, uma resposta para os novos problemas de segurança que se apresentaram à Europa, tendo sido a Bósnia e o Kosovo os mais importantes e urgentes.

¹⁷ Richard Holbrooke, *op. cit.*, e Raymond Seitz, *op. cit.*

¹⁸ Vejam-se os artigos “ On being a bigger NATO “, *The Economist*, 30 de Setembro a 6 de Outubro de 1995, pp. 19-20; Robert E. Hunter, “ Enlargement: Part of a Strategy for Projecting Stability into Central Europe “ in *NATO Review*, nº 3, Maio de 1995, pp. 3-8; Geoffrey Lee Williams, “ NATO’s expansion: the big debate “ in *NATO Review*, nº 3, Maio de 1995, pp. 9-14.

¹⁹ Discurso do Embaixador Robert E. Hunter, antigo Representante Permanente dos E.U.A. junto do Conselho do Atlântico Norte, na Conferência subordinada ao tema “ A NATO e a Nova Arquitectura de Segurança: Alargamento, Reforma e outros assuntos para os Anos 90 “, em Knokke-Heist, Bélgica, 7-10 de Setembro de 1995.

Não podemos, porém, de modo algum escamotear a questão que se prende com a ausência de uma clara e inequívoca ameaça externa comum numa altura em que os problemas internos dos vários estados parecem, cada vez mais, absorverem, quase por completo, as atenções dos respectivos governos, como, por exemplo, o problema da droga, do terrorismo, do ambiente e, claro está, do desemprego, que, em alguns estados europeus, tem vindo a atingir taxas extremamente preocupantes, com consequências que todos nós conhecemos. Torna-se, pois, urgente que os vários mecanismos de relacionamento entre a Europa e os Estados Unidos sejam, na realidade, reforçados. Os problemas atrás referidos, conjuntamente com o crime internacional, o nacionalismo agressivo e a proliferação de armas de destruição maciça ameaçam, de facto, a nossa segurança. Para além disso, questões como o aumento populacional em algumas regiões do planeta assim como o problema dos refugiados poderão tornar muito complexa a organização de uma nova ordem internacional, como era a intenção, por exemplo, do ex-presidente dos Estados Unidos, George Bush. Aquilo que parece emergir neste momento é o que poderemos chamar uma nova desordem internacional.

Retomando a tese já mencionada relativamente à imprevisibilidade das relações internacionais torna-se, pensamos nós, claro, que é necessário, no mais curto espaço de tempo, repensar a Aliança Atlântica por forma a que a segurança, e não apenas a defesa, do mundo ocidental possa estar minimamente assegurada. E é neste contexto global que se torna urgente realizar no nosso país um debate, o mais alargado possível, tendo como pano de fundo esta e outras questões de extrema importância para todos nós.

No que diz respeito a Portugal, torna-se, pois, evidente e imprescindível a existência de uma Grande Estratégia Nacional “... a qual consiste no conjunto dos Objectivos Nacionais Permanentes (históricos e conjunturais) que devem ser metas consensuais para as forças políticas susceptíveis de poderem alternar no exercício do poder político pela via democrática”²⁰.

Todavia, como refere o Professor Adriano Moreira, tradicionalmente exógeno, Portugal funcionou historicamente num sistema polarizado pela potência marítima dominante, salvaguardando um espaço de liberdade soberana compatível com a realidade da balança de poderes. Refere ainda que, da opção europeia tomada por Portugal, antes de mais política e depois económi-

²⁰ Virgílio de Carvalho, *A Importância do Mar para Portugal*, Instituto da Defesa Nacional, Bertrand Editora, Lisboa, 1995, p. 280.

ca, e do facto novo da segurança europeia autónoma, resultam duas percepções que são frequentemente formuladas em termos de contradição : o país periférico em termos económicos e o país de fronteira em termos de segurança. Esta questão reveste-se da maior relevância para o nosso país, na medida em que temos de tentar conciliar aquilo que alguns especialistas têm considerado de difícil conciliação mas que nós entendemos poder ser ultrapassado.

Terminavamos este trabalho fazendo referência a uma preocupação expressa também pelo Professor Adriano Moreira e com a qual estamos particularmente de acordo, e que é a seguinte: “ No caso português, ligado simultaneamente à segurança atlântica pela NATO, e à política comum de defesa europeia pelo Acto Único, será nesse caso crescente a necessidade de optar, se houver opção, pela defesa avançada do espaço americano, ou pela fronteira atlântica da União Política Europeia. Não é certamente uma opção de liberdade soberana teórica, porque os condicionamentos exógenos são pesados, mas a racionalização das circunstâncias é imperativa para usar a liberdade possível”²¹.

O objectivo essencial da Aliança Atlântica, tal como era no início da sua formação em 1949, é o de garantir a liberdade e a segurança dos seus membros. O que é novo, ao entrarmos no século XXI, são as formas como a NATO leva a cabo estes objectivos. Muito embora esta já não se confronte com uma ameaça militar significativa, não deixa de enfrentar novos e perigosos desafios como, por exemplo, as armas de destruição maciça, a instabilidade regional e os conflitos étnicos²².

Até este momento, nem o conceito estratégico nacional, nem a prática de cada Governo, deu passos no sentido de uma definição deste ponto que é, de facto, crucial para o nosso país. Consequentemente, fazemos votos para que, no plano nacional, se estabeleça um diálogo entre todas as forças vivas da sociedade a fim de que estes e outros problemas sejam debatidos, por forma a que todos nós possamos emitir uma opinião e ouvir as dos outros, condição *sine qua non*, para se chegar a um desejável consenso sobre esta matéria.

²¹ Adriano Moreira, “ Conceito Estratégico Nacional “ in *Portugal Hoje*, Instituto Nacional de Administração, p. 321.

²² Veja-se a entrevista concedida à revista *U.S. Foreign Policy Agenda*, volume 4, nº 1, Março de 1999, p.5.

